



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO  
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA  
REGISTRADO(A) SOB Nº

**ACÓRDÃO**



\*03426852\*

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0000942-77.2005.8.26.0383, da Comarca de Nhandeara, em que são apelantes MARCIA REGINA ALVES DE PAULA LOURENÇO, MARCIO CESAR ALVES DE PAULA e MARCELO ADRIANO DE PAULA sendo apelados BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS e GEORGE SHINAGAWA (ESPÓLIO).

**ACORDAM**, em 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "DERAM PROVIMENTO AO RECURSO. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MELLO PINTO (Presidente sem voto), JÚLIO VIDAL e CESAR LACERDA.

São Paulo, 1 de março de 2011.

**CELSO PIMENTEL**  
**RELATOR**

Certa a culpa do réu no acidente de trânsito que causou a morte da mãe dos autores, acolhe-se a demanda de reparação moral, fixada em cinquenta mil reais para cada um deles. Acolhe-se, também, a litisdenúnciação, porque, se o seguro cobre dano pessoal, cobre também o moral, a menos que se lhe estabeleça a expressa exclusão.

Autores, filhos de vítima fatal de acidente de trânsito, apelam da respeitável sentença que julgou improcedente sua demanda por indenização moral. Insistem na pretensão e na culpa do réu originário, reportando-se à prova produzida. Buscam a inversão do resultado.

Vieram preparo e respostas.

É o relatório.

A culpa do réu originário no acidente em consequência do qual morreu a mãe dos autos revela-se evidente.

Desde sua declaração no boletim de ocorrência - "não observou o veículo" da coautora, "devido ao sol forte" (fl. 29) -, passando pelo interrogatório no inquérito policial - "nesse dia o sol era forte e exatamente contra sua visão, tendo ofuscado sua visibilidade" (fl. 86) e culminando com a contestação, ele confessa que "jamais negou sua responsabilidade pelo acidente" (fl. 135), antes narrada

a empregado que depôs no inquérito (fls. 62/63).

Bem, se o sol ofuscava a visão do réu originário, a prudência elementar, que lhe faltou, indicava a necessidade de evitar ou postergar a manobra, até o restabelecimento da visão. Optando por prosseguir, agiu ele com manifesta culpa ao interceptar o veículo em que se encontrava a mãe dos autores.

Assentada a culpa exclusiva do réu, e da acenada concorrente da coautora não houve prova, segue que ele se obriga, melhor, agora seu espólio e obriga a indenizar.

A negativa de nexos causal é de inconsistência palmar, bastando ver o prontuário hospitalar, com registro de trauma abdominal e peritonite fecal (fl. 165), de que resultaram a septicemia e a morte (fl. 19).

O dano moral, certa a dor pela perda da mãe, independe de demonstração.

No arbitramento, consideram-se a condição econômica do réu originário (fl. 85) e a consequência de sua conduta, a mais grave de todas. Fixa-se, assim, a indenização moral em cinquenta mil reais para cada autor, com correção monetária desde a data do acórdão conduzido por este voto e juros desde a citação. Menos tornaria inócua a condenação. Mais levaria a enriquecimento sem causa.

A demanda fica julgada procedente e o réu é condenado a pagar a indenização estabelecida.

Por isso, procede a litisdenúnciação, com a condenação da seguradora a reembolsar a ré nos limites da apólice.

A propósito, a cobertura securitária compreende a indenização moral.

No tema, o Superior Tribunal de Justiça tem "entendimento assente no sentido de que no contrato de seguro em que a apólice prevê cobertura por danos pessoais, compreendem-se nesta expressão os danos morais",<sup>1</sup> reiterando que o "contrato de seguro por danos pessoais compreende o dano moral".<sup>2</sup>

Quer dizer, se prevista "a indenização por dano pessoal a terceiros em seguro contratado com a ré-denunciada, neste inclui-se o dano moral e a consequente obrigação de ressarcir a denunciante-segurada",<sup>3</sup> até porque o "dano pessoal coberto pela apólice de seguro necessariamente compreende o dano moral, pois este é espécie de dano pessoal".<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> REsp 591.729/MG, rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, 4ª T., j. 8.11.2005, DJ 28.11.2005, p. 294; idem REsp 131.804/PR, j. 2.3.2004, DJ 15.3.2004, p. 274.

<sup>2</sup> REsp 209.531/MG, rel. Min. BARROS MONTEIRO, 4ª T., j. 6.4.2004, DJ 14.06.2004, p. 222; idem, REsp 122.663/RS, j. 18.11.1999, DJ 2.5.2000, p. 142.

<sup>3</sup> REsp 297.611/RS, rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, 4ª T., j. 27.3.2001, DJ 4.6.2001, p. 161.

<sup>4</sup> REsp 290.934/RJ, rel. Min. RUY ROSADO DE AGUIAR, 4ª T., j. 1º.3.2001, DJ 2.4.2001, p. 303.

A orientação cristalizou-se na súmula 402.<sup>5</sup>

Quanto às verbas de sucumbência, pagará o réu as custas e honorários advocatícios, em favor dos autores, de quinze por cento sobre a condenação.

Diante da resistência manifestada pela seguradora, ela arcará com honorários advocatícios de sucumbência, em favor do réu, de dez por cento do montante de sua condenação.

Pelas razões e para os fins expostos, dá-se provimento ao apelo.

  
Celso Pimentel  
relator

---

<sup>5</sup> STJ, Súmula 402: "O contrato de seguro por danos pessoais compreende os danos morais, salvo cláusula expressa de exclusão."